

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA**

**ORIENTAÇOES SOBRE O CONSELHO DE CLASSE E A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS**

O Regulamento do Conselho de Classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio foi aprovado pela Resolução CONSUP nº de 35 de junho de 2016.

Conforme seuArt. 1º O Conselho de Classe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), [...] constitui instância essencialmente de cunho pedagógico, cuja responsabilidade é de acompanhamento tanto do processo pedagógico como da avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino médio.

Art.2º O Conselho de Classe tem caráter prognóstico e deliberativo.

I. Caráter prognóstico: deve diagnosticar problemas cotidianos ou não, que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados de desempenho acadêmico devem ser identificados e analisados com vistas à promoção de condições de recuperação de eventuais dificuldades e defasagens de aprendizagem visando à superação da retenção e evasão estudantil em cada etapa do período letivo.

II. Caráter deliberativo: deve analisar e deliberar sobre a situação final de desempenho de estudantes não aprovados na avaliação final (AF) em até três componentes curriculares no período letivo.

Art.34 A reunião de Conselho de Classe deliberativo, também chamada de Conselho de Classe Final, deve acontecer após a realização da (AF) e antes do início do período letivo seguinte.

**Parágrafo único. Nesta reunião é vedada a participação de pais e de estudantes.**

Art. 4º São finalidades do Conselho de Classe:

I. diagnosticar, analisar, discutir, acompanhar e deliberar propostas referentes à ação educativa, facilitando e ampliando as relações mútuas entre as equipes de direção de ensino, gestão pedagógica, corpo docente, pais e estudantes;

Art. 33 §1º Para fins de acompanhamento, [...] representantes de estudantes e pais[...] deverão apresentar nas reuniões, os aspectos que possivelmente tenham contribuído ou dificultado a superação da dificuldade de aprendizagem dos estudantes, seja no que se refere a aspectos no âmbito de gestão, docência ou aqueles inerentes ao próprio estudante.